

Desenvolvimento Comunitário: das Teorias às Práticas

**Turismo, Ambiente e Práticas Educativas
em São Tomé e Príncipe**

ORGANIZADORES

Brígida Rocha Brito (Coord.)

Nuno Alarcão

Joana Marques

Ficha Técnica

Título: Desenvolvimento Comunitário: das teorias às práticas
Turismo, Ambiente e Práticas Educativas em São Tomé e Príncipe

Organizadores: Brígida Rocha Brito (Coord.); Nuno Alarcão; Joana Marques

Colaboração: Joaquim Pinto; Bastien Loloum; Ana Sofia Alarcão; Fernanda Alvim

Autores: Adelina Pinto, Ana Cristina Palos, Ana Cristina Silva, Antónia Barreto, António Guedes, António Martelo, António Rodrigues, Araceli Serantes Pazos, Arlindo de Carvalho, Bastien Loloum, Brígida Rocha Brito, Bruno Silva, Carlos Vales, Céu Teiga, Cláudia Silva, Conceição Afonso, Danilo Barbero, Drausio Annunciato, Eleutério da Assunção, Eugénia Gonçalo, Eva Vidal, F. Veloso-Gomes, Germán Vargas, Irene Nunes, Isabel Rodrigues, Isaura Carvalho, Ivanete Nardi, Joana Marques, João Martins, Joaquim Ramos Pinto, Jorge de Carvalho, Jorge Bom Jesus, Luís Mário Almeida, Luís Moita, Manuela Cardoso, Márcia Moreno, Marcela Sobral, Mariana Roldão Cruz, Maria Teresa Andresen, Mariana Carvalho, Mário Freitas, Miguel Silveira, Nora Rizzo, Nuno Alarcão, Pablo Meira, Pedro Morais, Pedro Teiga, Rafael Branco, Raquel Lopes, Rogério Roque Amaro, Rosa Madeira, Vítor Reis, Xavier Muñoz y Torrent, Yossene Santiago

Revisão: Equipa do Projecto PTDC/AFR/69094/2006, Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE)

Financiamento e Apoios: FCT, CPLP, Delta

Organização do Seminário: Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE); Direcção-Geral do Ambiente e Direcção de Turismo da República Democrática de São Tomé e Príncipe; Associação Internacional de Investigadores em Educação Ambiental (NEREA-Investiga)

Outros Apoios no âmbito do Seminário: FCT, Fundação Luso-Americana, Fundação Calouste Gulbenkian, CEIDA, TAP Portugal, BANIF, Câmara Municipal de Lisboa, Culturália

Local: Lisboa

Ano: 2009

1-ª Edição (Janeiro 2009)

Tiragem: 400 exemplares

Capa e Maquetização: Gerpress, Comunicação Empresarial e Marketing Lda.

Edição: Gerpress, Comunicação Empresarial e Marketing Lda.
Rua Joaquim Casimiro 6, 4.º Dt.º, 1200-696 Lisboa
e-mail: gerpress@sapo.pt

Depósito Legal: 287.969/09

ISBN: 978-989-96094-0-2

O papel da Educação Ambiental na saúde das populações

Manuela Cardoso (Centro de Estudos Africanos, CEA/ISCTE)

A educação ambiental constitui uma forma participativa de educação direccionada para a tomada de consciência da importância do meio e dos recursos na sustentabilidade do Planeta e no aumento da qualidade de vida das populações. A pobreza e a necessidade de conseguir um rendimento de subsistência colocou São Tomé e Príncipe, no período pós-independência, na rota de colisão com a sustentabilidade ambiental pela via de desflorestação, mas também da contaminação dos seus recursos hídricos e da ineficiente gestão dos resíduos. A educação ambiental, como forma abrangente de educação e sensibilização dos cidadãos coloca-se, em São Tomé e Príncipe, como uma via para alterar padrões de comportamento, uma via para a criação de novas dinâmicas sociais que capacitem os poderes públicos e as populações para uma gestão cuidada dos solos, das florestas, dos cursos de água e dos resíduos, de forma a minimizarem os riscos para a saúde pública e maximizarem, de forma sustentável, os benefícios económicos das suas riquezas.

Num país como São Tomé e Príncipe, pequeno estado insular em desenvolvimento, com riquezas ecológicas determinantes do desenvolvimento do seu turismo, deve integrar no seu sistema de ensino, desde a educação pré-escolar, a educação para a sustentabilidade. E os professores, como elementos transmissores de saberes, mas também como elementos dinamizadores e sensibilizadores das comunidades locais, como elos importantes na criação de dinâmicas sociais, têm na sua promoção um papel determinante. A importância da formação de professores, a criação de um sentimento de valorização do seu papel social no sentido de estimular a sensibilidade das crianças para a preservação dos recursos naturais, para reciclagem e reutilização dos resíduos, mas também no sentido da transmissão de regras básicas de higiene são determinantes para direccionar o país no sentido do desenvolvimento equilibrado em termos ecológicos, sociais e humanos. É a sua percepção sobre o seu papel activo na sociedade, a sua capacidade de influenciar os seus membros, e a sua percepção sobre o ecossistema envolvente que lhe determina uma função tão importante. Esta sensibilidade às questões ambientais que deve ser transmitida pela educação, é determinada pela articulação entre 3 registos ecológicos fundamentais, meio físico, relações sociais e subjectividade humana. Guattari (1990) chamou-lhe de Eco-sofia. É esta relação sistémica entre estes registos que pode determinar uma mudança de comportamentos, uma melhoria dos níveis de saúde, mas também de rendimentos. É um conceito que assume uma dimensão muito mais vasta que o de ecologia. A dimensão

ambiental está subjacente, mas o Homem necessita de ampliar a sua actuação às relações sociais e políticas. A resposta à crise ecológica exige que sejam tomadas medidas em termos mundiais, modificando as formas de estar, pensar e produzir. A maneira de viver, segundo Guattari, exige uma mudança profunda na actuação política, social e cultural, de forma a permitir uma reorientação dos objectivos da produção. Segundo este autor “não haverá verdadeira resposta a crise ecológica a não ser em escala planetária e com a condição que se opere uma autêntica revolução política, social e cultural reorientando os objectivos da produção de bens materiais e imateriais. Essa revolução devera integrar não só as relações de forças visíveis em grande escala mas também os domínios moleculares de sensibilidade, de inteligência e de desejo”. Será através de dinâmicas deste tipo, apontada pelo autor no início dos anos 90, que se conseguirá um reequilíbrio do Planeta. O envolvimento de todos, incluindo os professores e os decisores políticos, determinará mudanças individuais e colectivas, permitindo uma outra percepção do Mundo em que cada um está inserido, a sua relação com a Natureza e o seu contributo para esse novo equilíbrio.

Atendendo ao conceito de saúde proposto pela Organização Mundial de Saúde como um “estado de bem-estar físico, psíquico e social” ou por Schaefer (1994:35) como “o estado de não apresentar doença”, o papel do professor ao alertar as crianças para comportamentos que podem interferir nesse estado e no conseqüente bem-estar é determinante na alteração de comportamentos sociais. As relações de proximidade entre professores com as comunidades, em especial com as comunidades rurais, em São Tomé e Príncipe podem, de certa forma, atenuar os constrangimentos resultantes da exiguidade de meios sanitários afectos à educação para a saúde. Comportamentos sanitários transmitidos às crianças no meio escolar podem constituir veículos do seu alastramento aos respectivos agregados familiares, embora condicionados pela disponibilidade de infra-estruturas de suporte. A educação para a saúde constitui uma peça fundamental da melhoria do estado sanitário das populações. Embora não se substitua às políticas públicas de saúde, de distribuição de água e saneamento contribui, de forma complementar mas decisiva, para alteração de comportamentos e para utilização eficaz dos meios que vão sendo disponibilizados nestes sectores. O ensino formal, os programas curriculares nem sempre compreendem itens de educação para a saúde e educação ambiental. Como áreas de carácter interdisciplinar exigem disponibilidade, sensibilidade e preparação dos professores. A sobreposição do seu papel na transmissão de saberes e a mutação de hábitos da comunidade envolvente, compreendendo-a e imprimindo-lhe novas formas de estar, exige dos professores muito mais do que é pressuposto no ensino formal das maioria dos países. Integra uma componente de não formalidade que desempenha um papel fundamental na educação ambiental e na educação para a saúde. Constitui um trabalho cooperativo, de envolvimento escola/co-

munidade. Este papel fundamental do professor na educação sanitária e ambiental exige infra-estruturas sanitárias adequadas nas escolas, logo na educação pré-escolar e no ensino primário, que permitam criar regras higiénicas que serão o embrião de novas atitudes e do seu alastramento à comunidade. Mas um elevado número de escolas em São Tomé e Príncipe não dispõe de instalações sanitárias e quando existem são precárias.

Em São Tomé e Príncipe o problema do saneamento do meio e da educação sanitária assume uma importância fundamental na preservação do ecossistema, na disponibilidade de água potável, no combate à malária e doenças diarreicas, na saúde das populações. A inexistência de políticas públicas para o saneamento ambiental e a falta de sensibilidade dos decisores políticos da importância da educação sanitária e ecológica são responsáveis pelo insucesso de alguns programas promovidos por instituições internacionais de que é de realçar os projectos de Fundação Valle Flor que se orientaram para estes sectores. Os seus projectos de construção de latrinas e fontes de água protegidas, implementados desde há cerca de 20 anos no distrito de Mé-Zochi e desde 1995 também no distrito de Cantagalo, são sintoma da importância que esta instituição tem conferido a este sector. A utilização de instalações sanitárias construídas por estes projectos para fins diversos dos seus objectivos prova a importância da educação sanitária e ambiental. Projectos mais recentes também promovidos pela mesma instituição, com financiamento maioritário do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento e da Fundação Calouste Gulbenkian elegeram de novo estes sectores como fundamentais. São disso exemplo o “Projecto de Desenvolvimento Sustentável dos Cuidados Preventivos e Primários de Saúde de São Tomé e Príncipe”, com componente de saúde e saneamento (Janeiro de 2003 a Dezembro de 2004, circunscrito aos distritos de Mé-Zochi e Cantagalo), projecto “Água Pura/Vida Sã” (Outubro de 2006 a Dezembro de 2007) com ênfase no sector da água, projecto “Saúde para Todos” (Março de 2005 a Fevereiro de 2008), integrando as vertentes saúde, água e saneamento. Estes dois últimos projectos tiveram como pano de fundo toda a ilha de São Tomé, ambos direccionados para uma visão integrada da melhoria do estado sanitário das populações através de melhores cuidados de saúde, do abastecimento de água de qualidade e da criação de melhores condições de saneamento. Outros projectos implementados pela Organização Não Governamental Nuova Frontiera com financiamento da União Europeia, têm procurado melhorar as infraestruturas de abastecimento de água e saneamento nas empresas agrícolas; outros financiados pelo Banco Mundial e pelo BAD parecem direccionados para as zonas peri-urbanas, nomeadamente para o Bairro de Riboque, de acordo com o PNADD (Plano Nacional de Ambiente e Desenvolvimento Durável). São projectos que, se bem implementados e complementados por uma educação sanitária e ambiental, poderiam ser responsáveis pela melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Este tipo de projectos envolvem um complexo conjunto de desafios como a eficácia da utilização das infra-estruturas criadas, a organização e gestão institucionais, a interacção entre as políticas urbanas, ambientais, de saúde e de educação. Mudanças culturais e sociais, novas práticas necessariamente assumidas pelas populações são determinantes do sucesso dos projectos. A abordagem participativa terá aqui um papel fundamental. Só assim estes projectos poderão ter tradução num desenvolvimento local equilibrado, na diminuição da situação de pobreza que ainda atingia, em 2000, 54% da população (INE, 2002) e na melhoria dos indicadores sociais de desenvolvimento.

Fazendo uma reflexão sobre a disponibilidade de água pode considerar-se que a situação do país é desequilibrada. Apesar do seu elevado potencial, fruto da sua posição geográfica, da orografia e clima, a degradação das infra-estruturas de distribuição e captação não tem permitido fornecer às populações água de qualidade. Se na altura da independência elas eram também insuficientes, todo o processo de nacionalização das roças e posterior privatização, determinou a sua degradação, processo cuja reposição ainda não foi conseguida. Se na cidade de São Tomé é a EMAE (Empresa de Água e Energia) a responsável pela captação e distribuição, todas as dificuldades financeiras que tem atravessado não lhe têm permitido reparar os sistemas herdados da época colonial, determinando enormes perdas e contaminação da rede. Nas zonas rurais, onde a origem do abastecimento são as fontes ou os próprios rios, a sua contaminação por resíduos humanos, produtos químicos utilizados na agricultura ou no combate aos mosquitos é também importante. A tomada de consciência desta dicotomia, abundância de água/ escassez de água potável, surgiu já no início dos anos 90 quando da realização da Reunião Sectorial de Energia, Água e Saneamento, 1992, produto da Mesa Redonda para a renegociação da dívida externa. Também aqui se reconheceu a importância do envolvimento das populações no sucesso das políticas públicas. Todas as políticas, mas com destaque para as que têm um carácter sistémico, só têm sucesso se forem assumidas endogenamente. Só assim podem contribuir para melhorar de forma sustentável as condições de vida das populações.

Mais recentemente, em 2005, foi aprovada pela União Europeia a Water Facilita visando disponibilizar recursos financeiros para apoiar projectos e políticas para o sector. Neste contexto foi aprovado para o país a “Estratégia, Programação e Coordenação no Sector da Água e Saneamento” que permitirá uma avaliação global e a elaboração do Plano Director. A sua concretização, a educação ambiental, a promoção de programas e projectos sectoriais de investimento com financiamento internacional, de que os projectos promovidos pela Fundação Valle Flôr são exemplo, serão vias para ultrapassar os constrangimentos ainda existentes. Apesar de alguns já realizados, em 2003 a taxa de cobertura em água permanente e potável cifrava-se apenas em 12%, segundo responsável da Direcção Recursos

Naturais e Energia, apesar de dados da UNICEF apontarem para 80%. Julga-se que este valor traduzia a taxa de cobertura mesmo que com água não controlada. A sua falta de qualidade está, como já referido, associada também à falta de saneamento, sensibilização das populações e política sectorial. Além disso são as populações mais pobres as mais penalizadas com a dificuldade de acesso a este bem fundamental: em 2001, 49,2% da população ainda tinha que recorrer ao chafariz para obter água, 26% não tinha acesso à água e apenas 8,3% a tinha canalizada no interior da habitação (INE, 2001), situação que tinha piorado em relação a 1991. Não foi possível obter dados mais actualizados que permitissem determinar o impacto dos projectos implementados.

Quadro I - Taxa de cobertura em água

Indicadores	1991	2001
Taxa de cobertura – habitações com água no seu interior	7,3	8,3
Taxa de cobertura – habitações com água no quintal	19,8	16,5
Acesso a chafariz público	50,5	49,2
Sem acesso à água	22,4	26,0

Fonte: CARDOSO (2007: 353)

Os sistemas de saneamento, de captação e distribuição de água andam, assim, em paralelo, condicionando o bem-estar das populações e a sustentabilidade ambiental do país. A inexistência de sistemas de recolha e tratamento de águas residuais e de resíduos sólidos e a pouca atenção conferida à educação ambiental e sanitária vêm tornando a situação em São Tomé e Príncipe ecologicamente insustentável. Dados do Censo de 2001 indicam que 82,4% das habitações estavam desprovidas de qualquer sistema de esgotos sendo os resíduos humanos e domésticos espalhados na Natureza em redor das habitações. Se esta situação era comum no mundo rural era também uma realidade nas zonas urbanas de menor dimensão e na cidade de São Tomé em todo o espaço que fosse para além da sua parte mais central. Nesta, a única zona do país com rede de saneamento, a taxa de cobertura cifrava-se em 2001 em 17,6%, menor que a de 1991 quando atingia 22,4% (INE, 2001). Mesmo na zona onde havia sistema de recolha de águas residuais estas eram direccionadas para as praias que bordejam a cidade. Embora não se tenham conseguido dados mais recentes, espera-se que os investimentos posteriores a esta data tenham ajudado a ultrapassar estes constrangimentos.

Quadro 2 - Indicadores de saneamento

Indicadores	1991	2001
Acesso a casa de banho/retrete	18,8	16,6
Acesso a latrina	2,6	8,4
Sem acesso a qualquer meio sanitário	78,6	75,0
Ligação ao sistema de esgotos públicos	1,4	4,1
Ligação a fossas sépticas	21,0	13,5
Sem ligação a qualquer meio de escoamento	77,6	82,4

Fonte: CARDOSO (2007: 356)

A educação sanitária e ambiental assume-se como fundamental à eliminação destes constrangimentos em água e saneamento e que são determinantes da diminuição da mortalidade geral e infantil, da diminuição consistente da incidência da malária verificada nos últimos anos e das doenças diarreicas agudas, do aumento do turismo, uma das apostas de desenvolvimento do país e do nível de desenvolvimento humano. Se bem que existem outros constrangimentos que afectam a saúde das populações e contribuem para indicadores sanitários não muito favoráveis (taxas de mortalidade e esperança de vida), o saneamento do meio, a educação ambiental e para a saúde são determinantes. A disparidade dos valores disponíveis segundo a fonte, não permitem ter uma percepção precisa da evolução daqueles indicadores, mas parece ter havido uma evolução positiva nos últimos anos: a esperança de vida subiu, após uma queda a partir de 1992, e as taxas de mortalidade geral e infantil também tiveram evolução favorável.

Quadro 3 - Indicadores de saúde

Indicadores	1992	1994	1998	2000	2003	2006
Taxa de mortalidade	8,7	8,1	7,7	7,5	8,1	7,3
Taxa de mortalidade infantil	66,3	79,9	66,8	63,5	75,0	43,9
Esperança de vida	64,2	63,9	63,9	63,9	63,0	66,0

Fonte: Cardoso, Manuela (2007), p.348, INE-STP (2006), p.10.

É uma reflexão sobre as vias para uma melhor gestão do meio natural que permitirá criar políticas consistentes e alterar comportamentos orientados para a eliminação dos graves problemas sanitários com que o país se confronta e de que a malária é apenas um

dos efeitos mais visíveis. Novas atitudes devem ser criadas através do processo educativo formal mas também da educação informal, através de estratégias participativas em que cada elemento da comunidade assuma a importância da mudança no aumento da sua qualidade de vida. A aprendizagem só será efectiva se forem sentidos os seus efeitos. Em São Tomé e Príncipe a melhoria do estado sanitário das populações, um dos problemas com que o país se confronta, passará pela educação ambiental e sanitária, pelo reconhecimento da importância da água e da sua preservação, pela maior atenção ao tratamento dos resíduos, pela alteração de comportamentos e de políticas públicas bem definidas, continuadas e aplicadas. Projectos exógenos terão efeitos pontuais e passageiros. A alteração de políticas e comportamentos é muito mais exigente e passará pela sua endogeneização.

Referências bibliográficas:

- CARDOSO (2007). Manuela, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: Educação e infra-estruturas como factores de desenvolvimento, Edições Afrontamento, Porto.
- CARVALHO, I.C. (1992). «Educação, meio ambiente e acção política». in: ASCELARD, H. (Org) Meio Ambiente e Democracia. Rio de Janeiro: IBASE.
- CARVALHO, Sibila (2006). «Práticas Escolares na Perspectiva da Ecosofia» in Logos, nº14, Brasil.
- FUNDAÇÃO VALLE FLOR, Projectos concluídos e em curso.
- GIORDAN, A., (1994). «Basics for an education for sustainable development» in: A Call for Action. Environmental Education Now and for a Sustainable Future Tsukuba Shuppankai.
- GUATTARI, F., (1990). As Três Ecologias. Campinas: Papirus Editora.
- INE-STP (2001). Recenseamento Geral da População e Habitação, RDSTP.
- INE-STP (2002). São Tomé e Príncipe em Números, RDSTP.
- INE-STP (2002). Profil de la Pauvreté de la République d e São Tomé e Príncipe, STP.
- INE-STP (2003). São Tomé e Príncipe em Números, RDSTP.
- INE-STP (2006). São Tomé e Príncipe em Números, RDSTP.
- SCHAEFER, G. (1994). «The relation of aesthetics and cognition in environmental education» In: A Call for Action. Environmental Education Now and for a Sustainable Future, Tsukuba Shuppankai.
- VARGAS, Liliana (2005). «Educação ambiental: a base para uma acção político-transformadora da sociedade» in Revista Electrónica do Mestrado em Educação Ambiental, Vol.15, Brasil.